



Concepções éticas presentes nas dissertações em educação ambiental

Luciana Roso Arrial¹
Humberto Calloni²

Resumo: Trata-se de elencar determinadas concepções de ética (*ethos*) e moral (*mores*) de filósofos que se debruçaram sobre estes conceitos e que contribuíram – a ainda contribuem – para uma melhor compreensão do nosso modo de ser e estar no/com o mundo, notadamente na mira da importância do debate ético na atual crise socioambiental. Trata-se, igualmente, de registrar em que medida as produções de dissertações do Mestrado em Educação Ambiental do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA – da FURG conferem à ética/ética ambiental concepções significativas e suas articulações com a Educação Ambiental. A análise das dissertações refere-se aos anos 2006 e parcialmente ao ano de 2007.

Palavras-chave: Ética, Ética Ambiental, Educação Ambiental.

Ethical conceptions found in the master's theses in environmental education

Abstract: It is a compilation of certain conceptions of ethics (*ethos*) and moral (*mores*) by philosophers who have developed these concepts and have contributed to a better understanding of our way of being in/with the world, mainly regarding the importance of an ethical debate in the current socioenvironmental crisis. Besides, it registers how the Master's theses in Environmental Educational, defended in the Post-graduation Program in Environmental Education (PPGEA) at FURG, have brought meaningful conceptions to Ethics/Environmental Ethics and how they have been related to Environmental Education. This paper reports the analysis of theses which were defended in 2006 and part of 2007.

Key words: Ethics, Environmental Ethics, Environmental Education.

¹ Doutoranda em Educação Ambiental (FURG), Mestre em Educação Ambiental, Professora do Curso Técnico em Edificações do IFSUL - campus Pelotas, Coordenadora do Curso Técnico de Infraestrutura Escolar - Programa Profucionário, IFSUL. Email: luarrial@ig.com.br

² Licenciado em Filosofia e Pedagogia (UFRGS), Mestre e Doutor em Educação (UFRGS), Professor de Filosofia (FURG), Educação Ambiental e Complexidade (PPGEA/FURG). Email: hcalloni@mikrus.com.br

APRESENTAÇÃO

Parece ser unânime, não somente entre os pensadores, mas por todo indivíduo consciente da realidade do mundo em que vivemos, que a reflexão sobre a ética ou ações eticamente responsáveis, seja um imperativo do qual não podemos mais colocar em um segundo plano, na ordem dos grandes debates contemporâneos. A consciência de que vivenciamos um momento histórico de enormes mudanças nas formas de nos comunicar, no processo de construção e repasses de conhecimentos, nas pesquisas em todos os setores científicos, enfim, do alto nível de desenvolvimento tecnocientífico, é uma constatação, ainda que verdadeira, pouco honrosa, quando verificamos que os conhecimentos são fragmentados, diluídos em especialidades pouco ou nada comunicantes entre si geram o absurdo paradoxo de que tudo o que sabemos sobre os produtos técnicos e científicos é que nada sabemos – para lembrar o dito do ateniense Sócrates. Eis uma primeira questão em que a ética é reclamada para se manifestar, ou seja, em que medida podemos efetivamente nos conhecer se o que conhecemos efetivamente são as espumas aparentes de um vasto oceano que processa tanto o conhecimento quanto a ignorância a seu respeito? Como enfrentarmos o paradoxo pouco honroso da nossa elevada consciência de domínio tecnocientífico se essa mesma consciência não conhece a si mesma? Em que domínios se enraízam o elevado grau de violência generalizada e gratuita, em nível global, entre os seres humanos e estes em relação à natureza. A cegueira da nossa origem e do nosso destino comuns assombra-nos assustadoramente: a primeira, por resistirmos a admitir que somos herdeiros de uma mesma placenta cósmica e planetária; o segundo, pelo irracional que habita o coração da ciência, sua imponderabilidade.

Insistimos: O insólito avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos a serviço da humanidade tem tido, em contrapartida, um não menos insólito desassossego face ao presente imediato e com maior razão face ao futuro incerto. A facilidade de nos comunicarmos *online* não é acompanhada pela esperada facilidade de nos comunicarmos com a mesma franqueza e honestidade em nossos discursos restritos ou públicos. Um ruído de fundo sempre parece acompanhar os nossos sentimentos íntimos, nossos desejos de

expressar claramente o que pensamos e desejamos. Tergiversamos. Consciente ou inconscientemente nunca esgotamos um pensamento e não raro somos surpreendidos pelo temor subjetivo das nossas inconclusões, pelo sentimento de incompletude, de fragmentação.

Ora, esse sentimento de fragmentação, que pode ser denunciado nas nossas falas, nos nossos textos, nas nossas performances relacionais e mesmos nos mais diferentes contextos vivenciais, testemunham a emergência de um sistema de valores que, por sua vez, é um subsistema das formas relacionais do processo produtivo dominante, processo este em que o tempo cronológico (*kronos*) avilta o tempo da espera necessária para o desabrochar dos fenômenos naturais (*Kairós*) e, por conseqüência, o modo de ser cultura da espécie humana. Sabemos que esse sentimento de fragmentação tem recrudescido neste início do século XXI, mas sua matriz localiza-se na própria história do processo produtivo capitalista, onde também se verifica o processo de alienação do trabalhador em relação ao produto de seu trabalho. O filme de Charles Chaplin, *Tempos Modernos*, é emblemático e serve adequadamente para ilustrar o *locus* de onde emana a fragmentação e a alienação humanas e, se quisermos, o *estranhamento*, que se irradia nos processos de produção de saberes científicos e tecnológicos. Mão vai aqui nenhuma novidade. A crítica ao modo de produção material capitalista há muito tem se ocupado dessas e outras questões atinentes. O que gostaria de enfatizar, contudo, é a aposta dessa matriz material como produtora, gestora e financiadora dos conhecimentos tecnocientíficos, criando para si um sistema de valores materiais e simbólicos que definem o nosso modo de ser e estar no mundo. Assim que a questão ética do conhecimento científico e tecnológico, nossos saberes e ignorâncias, o paradoxo existente da consciência que ignora a si mesma, o assombroso universo do recrudescimento da violência humana e assim por diante, não pode ser reduzido ou simplificado às contribuições da ontologia humana, mas também e, fundamentalmente, à ontogenia da nossa espécie *homo sapiens-demens*, do nosso processo civilizatório associado à barbárie intercultural, aos modelos de produção de riquezas e misérias, ao mundo objetivo/subjetivo em permanente transformação. A questão ética deveria, pois, pautar toda reflexão que trata da nossa condição humana e não humana, pois a ética não deveria ser compreendida apenas como instância do bem metafísico, mas necessariamente enraizada na especificidade complexa do ser humano – o conceito é de Morin – que é a um tempo indivíduo/sujeito – social/cultural – natural/espécie, formando um ser *triúnico*, ou seja, constituído pela irredutível instância individual, a sociedade e a espécie, onde indivíduo – sociedade – espécie são ao mesmo tempo conceitos distintos, opostos,

concorrentes e complementares. A ética complexa será melhor explicitada no capítulo destinado às Concepções Parciais do Conceito de Ética, logo a seguir.

Por outro lado, ao adiantar a concepção de ética complexa, cujo intuito foi o de reforçar a necessidade de uma compreensão do contexto objetivo/material da nossa relação com o mundo fenomênico, sentimos necessidade de tecer uma breve consideração sobre a questão dos valores, dado que acredito ser necessária uma maior explanação, na medida em que a noção de valor inclui mas não esgota o conceito de ética.

Parece certo que um sistema de valores se organiza a partir de um conjunto de sentidos e significados difundidos em culturas específicas e ao longo dos diferentes contextos históricos. Seus *imprintings*, isto é, suas marcas, podem ser permanentes no indivíduo/sujeito, notadamente a partir das primeiras experiências objetivas/subjetivas impressas pela família, clã, classe, casta, etc. Possuem um estatuto lógico, físico e mesmo metafísico, ou seja, é tributário de crenças, lendas e narrativas míticas fundantes da cosmovisão de um povo, de uma cultura ou sociedade. Os valores variam de indivíduo para indivíduo, de acordo com o sentimento de recepção/interpretação das experiências. Os valores podem organizar grupos humanos distintos entre si na medida em que cercam suas verdades e crenças em territórios restritos, exatamente para manter e reproduzir a sua identidade, que denominaria de *autogenia*. Embora os valores tenham uma inscrição relativamente permanente na idiossincrasia do indivíduo/sujeito coordenando a sua identidade e o sentido de sua vida/existência, eles, os valores, podem, no processo de retroalimentação ou retroação, sofrer reavaliação crítica de seu estatuto, podendo ocorrer, genericamente, uma maior abertura ou maior fechamento do espírito na avaliação do objeto valorado, o que significa que o indivíduo possui uma instância autônoma de repatriação simbólica de seus valores.

A constatação de que valores são inculcações simbólicas objetivamente marcadas em nosso espírito/cérebro, podem ser observados ao longo da história e das culturas humanas, e que mesmo a sua coerção por parte da sociedade pode ser traída pela autonomia do sujeito/indivíduo. Assim, os valores são vivências epocais, se quisermos. É verdade que a ética possui esta idêntica configuração dinâmica. A diferença, contudo, é que a ética presume princípios que, embora imersos no tempo e no espaço dos valores epocais, são a um tempo imanentes e transcendentais ao indivíduo/sujeito, ou seja, são presididos pela consciência moral do indivíduo diante de uma decisão prática: O que devo fazer? O que posso fazer? O quero fazer? Outras questões podem ser objeto da consciência moral, embora todas concorram para a formulação responsável de um juízo

moral acerca do *quefazer* (de um indivíduo, de um grupo de indivíduos, de uma classe social, de um governo, de um estado/nação, e assim por diante) na presença de um dilema, de um impasse, de uma decisão a ser tomada. Repetimos: a ética não pode prescindir dos valores cultuados por um indivíduo, grupo, sociedade, classe, categoria e assim por diante, pois a incidência valorativa é encharcada pela objetividade/subjetividade de uma época histórica e por diferenças culturais, mas, por outro lado, a ética/eticidade, ao mesmo tempo em que imanente ao indivíduo/sujeito, o transcende, queremos dizer, possui uma dimensão universal que recoloca os princípios éticos objetivamente tensionados no aqui e agora.

A questão ética, portanto, deveria estar sempre presente nas produções científicas e tecnológicas. O conhecimento deveria ser permanentemente questionado quanto à consciência que possui de si mesmo. A noção de “ciência com consciência” do ideário moraniano, deveria presidir a cientificidade da ciência, queremos dizer, ser o atestado efetivo de que a ciência é científica se e somente se conhece a si mesma, seus processos, seus limites e possibilidades no conjunto de fenômenos que constitui a vida, a dinâmica do planeta Terra, a natureza humana e não humana e suas relações.

As produções científicas em nível de mestrado e doutorado de qualquer área do conhecimento precisaria ter como operador de sentido exatamente a noção de ética associada ao objeto de pesquisa, dado que “tudo está ligado a tudo”, e a ética, como dimensão essencialmente moral da conduta humana jamais poderia ser olvidada.

As produções científicas em nível de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental mostram-se tímidas quando se busca verificar em que medida os mestrados levam em consideração a questão ética associada ao seu objeto de estudos. No último capítulo deste estudo, tecemos considerações específicas sobre a pesquisa que estamos desenvolvendo acerca da presença da ética no Mestrado em Educação Ambiental. É verdade que a nossa investigação até o momento limita-se a poucas amostras, mas ainda assim é possível perceber considerações assaz limitadas. As dissertações que foram objeto de verificação, foram lidas capítulo por capítulo e minuciosamente detalhadas no material coletado pela fundamental colaboração da aluna mestranda Tânia Garcia Camargo, a quem agradecemos, e que continua colaborando para que todos os dados que ainda faltam coletar sejam devidamente registrados.

Finalmente, o objetivo maior desta pesquisa é permitir perceber que há necessidade de criarmos uma cultura acadêmica que dialogue com as nossas vicissitudes éticas e, notadamente, no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, uma cultura de

investigação que estimule o estudo, a pesquisa, a produção científica que enfrente um debate crítico que não se contenta com a ausência da grande questão que hoje permeia todas as nossas relações interpessoais, tais como o meio ambiente físico/natureza e antropossocial. Há uma demanda certamente urgente do ponto de vista científico e filosófico para a reflexão ética e o estabelecimento de conexões, interfaces permanentes inter e transdisciplinares como mote fundamental de toda a pesquisa científica. A complexidade do mundo em que vivemos, paradoxalmente alimentada pela fragmentação do conhecimento tecnocientífico, ou seja, o estranhamento do próprio conhecimento para consigo mesmo, carrega a marca da incerteza do porvir. É possível constatar alguns sinais de fadiga do padrão de vida objetiva existente, ainda que sem esgotar a lista, tais como: a sensação de vacuidade de sentidos existenciais que acomete o indivíduo ávido por consumos dispensáveis, os valores transitórios substituindo a voz da consciência moral, a violência explícita ou velada que trai os nossos mais lídimos pensamentos humanitários, o estresse e a melancolia, a paranóia generalizada sobre o outro que desconhecemos, as guerras, as violências subjetivas e objetivas, os temores difusos, a morte bruxuleante dos rios e mares, a desertificação do planeta a passos largos, a destruição de milhares de espécies vegetais e animais, as enchentes e alagamentos destruindo lares, desabrigando milhares de famílias no mundo inteiro, incêndios devastadores de florestas e de biomas, o vazio existencial e doenças psicossomáticas socorridos por curandeiros, a drogadição generalizada e portadora da morte iminente de crianças, jovens e idosos, o desemprego em massa levando milhares de seres humanos ao suicídio e ao abandono familiar e social, os assassinatos diuturnos, os estupros de crianças e jovens, o ódio, a inveja, o rancor, a inimizade, as separações incompreendidas gerando a morte do cônjuge, a violência nos idosos em certas famílias e asilos, as crianças abandonadas em orfanatos, a promiscuidade sexual, a corrupção dos políticos e administradores públicos e/ou privados, as doenças de toda espécie ocasionando relações tensas na família, a violência no trânsito, enfim, a lista é infindável e você poderá se lembrar de tantas outras mazelas que acometem o ser humano e não humano. Cremos que temos muito a pensar, mas não somente a pensar, mas fundamentalmente a agir e agir eticamente para a efetiva melhoria da qualidade de vida de todo ser humano e do planeta Terra.

Ao construir este trabalho, que objetivaria ser uma espécie de relatório de pesquisa parcial, entendemos ser importante relacionar ou relatar sumariamente determinadas concepções acerca da ética/moral. Entendemos que essa breve consideração aos teóricos e estudiosos da ética/moral pode ser de certa importância no sentido de contribuir para o

debate. Assim, inicio este nosso arrazoado justamente com as diferentes e, por vezes, semelhantes escolas teóricas, onde poderemos observar que o conceito de ética e de moral, para os pensadores, ora podem/devem ser sinônimos entre si, ora não e ora indiferentes. De qualquer maneira, trata-se de uma temática por vezes específica, particular para uma determinada visão de mundo, por vezes genérica. Por último, denominei de concepções parciais justamente porque o nosso objetivo não foi o de esgotar, e nem poderia, por certo, o que somente a leitura da obra original de cada autor pode transmitir.

CONCEPÇÕES PARCIAIS DO CONCEITO DE ÉTICA

Não é necessária uma ciência ou filosofia para se saber o que deve ser feito, para ser honesto e bom, e mesmo virtuoso e sábio: A inteligência comum pode ambicionar alcançar o bem tão bem quanto qualquer filósofo pretenda para si.
(Kant. Prefácio da Fundamentação da Metafísica dos Costumes)

Baruch de Espinosa (1632-1677), em sua *Ética*, demonstra, na Proposição LIX, que *“Uma ação qualquer diz-se má na medida em que nasce do fato de sermos afetados pelo ódio ou por alguma afecção má (...). Ora, nenhuma ação, considerada em si mesma, é boa ou má (...), mas uma só e a mesma ação é umas vezes boa, outras má”* (Espinosa, 1983).

Jean-François Dortier lembra que Espinosa,

(...) em sua *Ética*, afirma que a conduta humana não deve ser pautada por leis morais que ditam o bem e às quais o homem teria de se submeter por dever. Para o filósofo de Amsterdam, o bem em si não existe; Espinosa reduz o bem ao útil e o mal do nocivo e indica ao leitor um meio para se libertar de tudo o que diminui o seu poder de agir e para alcançar a sabedoria (Dortier, 2010, p.53).

A ética, para Espinosa, é o correspondente grego do termo *ethos*, isto é, modo ou maneira de ser do humano como tal. Ao distinguir ética de moral, o filósofo enfatiza que a moral, tal como a religião, são sistemas “que impõem certos deveres ao homem”. É livre o humano que se governa pelos ditames da Razão, ou seja, pela causa (lembremo-nos que a ética em Espinosa é uma ontologia universal, ao mesmo tempo em que uma lógica e uma antropologia com clara menção às categorias aristotélicas: ser é conhecer pela causa), onde “(...) Deus é a causa eficiente e não causa final da realidade. A causa final é uma pura projeção antropomórfica na Natureza” (Espinosa, 1983, XVI).

É interessante registrar a interpretação de Japiassú quanto ao seu entendimento da ética espinosiana, notadamente quanto à noção do dever. Japiassú registra que, para o autor do *Tratado da Correção do Intelecto*,

(...) a ética nada tem a ver com deveres: quem age por dever não é autônomo, não é livre, age por mandamento (...), onde “aqueles que não conseguirem alcançar a verdadeira liberdade devem pelo menos aceitar as imposições da Moral e da Religião”. (Espinosa, 1983, XIV), ainda que, nos adverte Japiassú, (...) Não devemos confundir o sentido de um discurso com a verdade das coisas. Se o Deus *sive* Natura de Espinosa não é um Deus criador, pessoal e juiz, nem por isso pode ser dissolvido no mundo (panteísmo) (Japiassú, 1990, p.86).

O nosso interesse não é o de polemizar sob um aspecto pontual ou derivativo acerca da noção de moral – embora o leitor verificará que este procedimento poderá ocorrer em algum momento deste texto – entre o filósofo e o intérprete, mas procurar elencar algumas contribuições de pensadores acerca dos sentidos de ética e moral.

Para o hermenêuta Paul Ricoeur (1913-2005), em “O si mesmo como um outro”, distingue a ética da moral. Ainda na letra de Dortier, Ricoeur situa a ética no domínio da teleologia, isto é, na busca da vida correta para um sujeito. A moral, por sua vez, remeteria a uma dimensão deontológica, isto é, a um dever universal. Sublinhamos também em Ricoeur a noção de dever enquanto atributo da moral. Dever universal, dado que o *si mesmo* é o indivíduo subjetivo que resulta do movimento transubjetivo referendado pelo *outro*, que pode ser o imediato ou o universal, o *Outro* enquanto tal.

Mauro Grün, em sua obra “Em busca da dimensão ética da Educação Ambiental” revela-nos uma profunda reflexão de pertinência entre o conceito de Ética e Educação Ambiental. Em sua abordagem hermenêutica e no capítulo destinado “À Outridade da Natureza”, Grün enfatiza que o conceito de “coisa”, em Gadamer é, justamente, uma “Natureza ativa. A Natureza é o Outro que nos aborda” (Grün, 2007). Encontramos no Outro, na Natureza, através da linguagem, a dignidade e a inteligibilidade resgatadas e que foram desdenhadas pela herança da Modernidade e seus maiores expoentes: Francis Bacon e René Descartes. Assim que, trata-se, agora, de permitir que a “Natureza venha à fala” (Ibidem). Ou seja: “o vir à vala do significado”, explica Grün, referindo-se a Gadamer, pois *Ser que pode ser compreendido é linguagem* (Ibidem).

Não precisamos temer o significado da outridade, destaca o autor, pois “(...) participar com o outro e ser parte do outro é o mais e melhor pelo que podemos lutar e realizar”, anota o filósofo ao citar Gadamer (Ibidem).

Em relação à Educação Ambiental, Grün destaca que esta,

(...) por sua vez, constitui apenas um dos vários modos de tratar as conseqüências da vida contemporânea. O respeito pela outridade da Natureza implícito em tal processo poderia, por sua vez, despertar novas formas de solidariedade e respeito pela outridade do Outro. Quero propor que é precisamente para essa postura ético-política que uma educação ambiental efetiva e radical precisa se voltar se quiser se libertar dos limites do pensamento cartesiano (Ibidem: 166-7).

Max Weber (1864-1920), no quadro de uma reflexão sobre a ação política, propõe, retornando a Dortier, uma antinomia entre a “ética da convicção” e a “ética da responsabilidade”. A “ética da convicção” não se preocupa com as conseqüências de uma ação, pois o que importa, para o adepto dessa modalidade ética, é a autoridade das leis que anunciam o bem e o mal, e essas obrigações são absolutas, transcendentais e incondicionais. Por outro lado, a “ética da responsabilidade”, ao contrário, prioriza as conseqüências da ação do agente. Seus adeptos consideram que as conseqüências são imputáveis à ação. Para o filósofo e sociólogo alemão, haveria uma “oposição abissal” entre ambas as atitudes éticas; isoladamente, cada uma delas é insuficiente...

Por sua vez, Hans Jonas (1903-1993), em sua obra *O Princípio Responsabilidade*, também distancia-se das éticas tradicionais de predomínio antropocêntrico e propõe uma ética para o futuro, dado que “o poder tecnológico transformou aquilo que costumava ser exercícios hipotéticos da razão especulativa em esboços concorrentes para projetos executáveis” (Jonas, 2006). Para o filósofo, há um significativo descompasso entre a complexidade da ordem natural, sua evolução, e a velocidade das “intervenções tecnológicas na organização da vida”: “O grande empreendimento da tecnologia moderna, que não é nem paciente nem lento comprime (...) os muitos passos minúsculos do desenvolvimento natural em poucos passos colossais, e com isso despreza a vantagem daquela marcha lenta da natureza, cujo tatear é uma segurança para a vida” (Ibidem). Vale a pena destacar a constatação de Jonas quanto ao acelerado (pre)domínio tecnológico em nível mundial em comparação com a “lentidão” com que os processos naturais ocorrem. Se uma das raízes éticas (Morin) repousa no caráter biológico da nossa natureza, queremos dizer, da espécie/natureza, o descompasso entre o desenvolvimento biológico e antropossocial requer, de alguma maneira, uma reflexão profunda quanto ao nosso futuro imediato. É nesse sentido que Jonas enfatiza um dos elementos fundamentais em toda e qualquer noção de ética: a responsabilidade. A Educação Ambiental é, antes de tudo, uma educação para a responsabilidade que cada indivíduo/sujeito deve exercer em relação ao seu meio ambiente imediato no que se refere ao resguardo da qualidade de vida humana e

não humana, a fim de que o presente espelhe, diacronicamente, o futuro das sociedades, do próprio planeta Terra.

Em sua dissertação de mestrado intitulada “O princípio da responsabilidade como fundamento filosófico da ética ambiental para a sustentabilidade: contribuições de Hans Jonas”, Gilmar Luis Joner afirma que

Jonas pondera sobre a necessidade de uma ética que conduza os atos humanos não só no particular, mas também no coletivo. Os efeitos decorrentes do poder que o ser humano possui e está demonstrando, levaram Jonas a rever os conceitos de responsabilidade e ética, pois, de certa forma, as consequências desses efeitos tomaram proporções seriamente perigosas a ponto de ameaçar a vida na Terra, na qual o ser humano é chamado a ouvir a natureza para assim ser o seu guardião. O mundo moderno - continua Joner - com seu avanço tecnológico, está diante de um grande paradoxo: se por um lado as tecnologias fazem parte do nosso dia-a-dia nos auxiliando (às vezes até impondo como essenciais), de outro, trazem, também, consequências inerentes que podem ser perigosas, a ponto de tornar inviável a continuidade da vida no planeta, a médio e longo prazos (Joner, 2010).

Em *O princípio Responsabilidade* e no capítulo intitulado “Novas dimensões da responsabilidade”, Hans Jonas enfatiza que, de fato, “A técnica moderna introduziu ações de tal ordem inédita de grandeza, com tais novos objetos e consequências que a moldura da ética antiga não consegue mais enquadrá-las” (Jonas, 2006, p.39).

Sírio Lopez Velasco, filósofo e professor de Filosofia, autor de inúmeros trabalhos acerca do *Ecomunitarismo*, ou seja, “a ordem socioambiental utópica pós-capitalista” (Velasco, 2003), reconhece a falência das éticas tradicionais de natureza teológico-universal e reinstala o conceito de “ética argumentativa”, baseado em estudos sobre J. L. Austin, e pensadores, tais como Karl-Otto Apel e Jürgen Habermas, Russell e Wittgenstein, entre outros. Da maneira como eu leio o texto de Velasco, não há dúvida de que se trata de uma ética voltada para a normatização de ações e valores pós-capitalismo para o conjunto das sociedades, dado que as éticas atuais, ancoradas em um tradicionalismo teológico e teleológico são incapazes de romper com a alienação do ser humano, uma vez que prosperam no âmbito profundamente ideológico do capitalismo e seus valores globalizados, ainda que encontre resistências/resiliências em determinados países e no próprio espectro governamental das sociedades capitalistas. A citação a seguir torna-se imprescindível para uma melhor compreensão do leitor acerca do que Velasco anuncia a partir do seu entendimento sobre a ética, ou melhor, a Ética Ecomunitarista:

Precisamente no momento em que o capitalismo, graças à subsunção sistemática da ciência como força produtiva, alcança seu apogeu, e com ele se fazem patentes os perigos de um holocausto socioambiental da humanidade, a ética aparece desarmada para dar uma resposta de alcance universal aos riscos planetários da era da ciência, colocada a serviço do capital. Com o “desencantamento do mundo” que acompanha e retroalimenta o desenvolvimento do capitalismo, as éticas de fundamento teológico têm sido feridas de morte pela crítica devido à sua carência de universalidade (...) (Ibidem).

A ética, em Velasco, apresenta-se, naturalmente, profundamente imbricada com *outro* modelo de sociedade, que não o capitalismo. É por isso que se trata de uma ética voltada ao pós-capitalismo. A esse modelo sugere o nome de *ecomunitarismo*, que, como vimos acima, é esboçada a partir do diálogo argumentativo entre os sujeitos e membros constituintes das diferentes sociedades e culturas. Contudo, a validade intersubjetiva universal dos preceitos normativos da *ética ecomunitarista* pode, eventualmente, fragilizar-se na hipótese de o devir histórico descaracterizar o conceito de *trabalho* como centralidade da condição humana. Entrementes, o filósofo não faz futurologia e sabe que o sistema capitalista, eivado de injustiça, alienação, corrupção, logros, além de destruidor confesso da Natureza, promotor de incontáveis doenças e mortes e hipocritamente deísta, tem os seus dias contados, malgrado a sagacidade do uso e abuso de sua razão instrumental, que metaboliza, em âmbito social e em seu interior organizacional, tudo o que possa ferir de morte a sobrevivência do lucro, não importando as hostes ao seu ataque. Este parece ser o grande desafio a ser encetado a todos quantos pretendem um *novo mundo* ou um *mundo novo* (Morin): a transformação da antítese capital e trabalho como relação alienada e injusta entre si em uma síntese não exatamente comunista à maneira stalinista, mas uma sociedade global, isto é, de caráter universal, que sintetize o meio ambiente natural, a dignidade humana e não humana e a solidariedade, ou seja, uma sociedade que, respeitando suas especificidades culturais, se realize enquanto eco-sócio-comunitária ou *ecomunitarismo*.

Por último, dado o avanço imponderável da ciência e tecnologia presentes no mundo hodierno, a *ética ecomunitária*, de Sírio Velasco, pode, até certo ponto, penso eu, dialogar com o *princípio responsabilidade*, de Hans Jonas, dado que ambas propõem a denúncia de uma ética presente na sociedade global atual e ao mesmo tempo anunciam propostas alternativas. As utopias são idéias-força que nos habilitam a propor formas alternativas de coexistência comum para o bem da humanidade. O prefixo *eco*, hoje indispensável para quem se debruça sobre a *práxis* humana, reforça o caráter do resgate da

dimensão universal e planetária para as novas configurações éticas de qualidade de vida no âmbito da nossa finitude existencial. A Educação Ambiental, ao refletir o estatuto do *ecomunitarismo*, adianta a complexidade entre as relações humanas e não humanas, repondo em seu ideário os elementos políticos, econômicos, sociais, históricos, filosóficos, dentre outros, que informam sobre estratégias da nossa condição humana para o bem e para o bom procedimento para uma vida digna e saudável. Porém, como todas as utopias, o *ecomunitarismo* reconhece, também, a finitude humana e, de resto, dos fenômenos naturais, com os quais deve contar para dar sobrevida histórica ante as incertezas face ao futuro.

A leitura atenta de *O Método 6: ética*, informa que há, para Morin, três ramos da Ética: a autoética, a socioética e a antropeética. Trata-se de uma epistemologia complexa que concebe uma antropologia ampla como condição mesma de uma ética complexa, em um círculo em que cada termo é necessário aos demais, como acima procurei demonstrar, ou seja: Epistemologia - Antropologia – ética

Para efeito de brevidade, dedicamo-nos, nesse estágio, ao conceito de autoética, presente na obra acima citada.

Para o autor de *O Método*, a autoética é um conceito que reforça a responsabilidade e a consciência do indivíduo/sujeito em sua instância praxica. Sua complexidade reside justamente em que ela é, “antes de tudo, uma ética de si para si que desemboca naturalmente numa ética para o outro” (Morin, 2005). Para o filósofo, a autoética impõe algumas condições para o seu aparecimento e efetivação, que estariam ligadas à perda da certeza absoluta imposta pelas instâncias transcendentais superiores; no enfraquecimento da voz interior que diz “bem” ou “mal”; na impossibilidade de decidir sobre fins: à teleologia religiosa em que a Providência divina guiava o curso da História sucedera a teleologia do Progresso, tornando providencial; não se sabe mais quais os fins da história humana para além da vida e do universo; na consciência das contradições e das incertezas éticas; na consciência de que a ciência, economia, política e artes têm finalidades que não são intrinsecamente morais. (Ibidem).

A autoética realiza-se em nível do indivíduo/sujeito, dada a crise dos fundamentos universais - cujas fontes, repetimos, estão enraizadas, precipuamente, nas éticas de coerções exteriores (moral religiosa, familiar, clã, social, militar, cultural, etc.) - e, ainda que o indivíduo/sujeito retenha a inevitabilidade dos *imprintings* (impressões indeléveis) da espécie e da cultura em que está inserido, a condição do *individualismo ético* ou autoética exige algumas condições para sanar a sua “barbárie interior” que, na verdade,

segundo o pensador francês, constitui uma cultura psíquica, mais difícil e mais necessária de sanar do que a cultura material e física. Eis o porquê de a autoética compor o seguinte quadro esquemático:

1. A ética de si para si comporta, segundo Morin:
 - a) autoanálise; b) autocrítica; c) honra; d) tolerância; e) prática de recursão ética; f) luta contra a moralina (moralina é um conceito de Nietzsche, que significa condenar e julgar alguém com bases superficiais de moralidade, evitando o debate pela exclusão dos adversários julgados indignos ou de refutação, transformar o erro do outro em falta moral, sendo redutiva, pois transforma a oposição entre o bem e o mal naquilo que, na realidade, não passa de conflito de valores); g) resistência contra a lei de talião e ao sacrifício do outro; h) tomada de responsabilidade.
2. Uma ética da compreensão:
 - a) com a consciência da complexidade e dos desvios humanos;
 - b) com a abertura à magnanimidade e ao perdão.
3. Uma ética da cordialidade (com cortesia, civilidade)
4. Uma ética da amizade.

APRECIÇÃO DE INDICADORES

Tabulação de dados parciais relativos ao conceito/concepção de ética/ética ambiental
presente nas dissertações de Mestrado
Período: 2006 a 2007.

Ano defesa	Total páginas	Sexo	Título	Sumário	Resumo	Texto	Conclusão
2006	236	F	N	N	N	N	N
2006	177	M	N	S	N	S	N
2006	157	F	N	N	N	N	N
2006	171	F	N	N	N	N	N
2006	159	F	N	N	N	N	N
2006	165	F	N	N	N	N	N
2006	93	F	N	N	N	N	N
2006	115	M	N	N	N	S	N
2006	123	F	N	N	N	N	N
2006	94	F	N	S	S	S	S
2006	154	F	N	N	S	S	N
2006	276	M	N	N	N	S	S

2007	133	M	N	N	N	S	S
2007	78	M	N	N	S	S	N
2007	162	F	N	N	N	S	N

N = o conceito ética ou ética ambiental não consta ou não comparece

S = o conceito ética ou ética ambiental consta no quesito apontado

O quadro acima é uma mostra, uma apreciação parcial da pesquisa em andamento, ou seja, apresenta somente dados do ano de 2006 e parte do ano de 2007. Com estes dados parciais, ainda não é possível antecipar uma percepção maior da presença ou não do conceito de ética nas dissertações. Mesmo assim, os dados elencados já apontam uma presença, ainda que tímida, do conceito de ética/ética ambiental nas produções científicas em nível de mestrado do PPGEA.

Foram elencados quesitos de verificação de ocorrência do conceito de ética nos Títulos das Dissertações, bem como nos Sumários, Resumos e Textos (corpo) e Conclusões. Os da presença da categoria de gênero/sexo, bem como os demais quesitos apresentados, serão adequadamente interpretados por ocasião da finalização da pesquisa em andamento.

Nota-se que em todas as quinze dissertações analisadas não há em seus títulos o conceito de ética ou de ética ambiental. Apenas duas apresentam alguma menção no Sumário e três nos Resumos. Oito dissertações apresentam uma abordagem sobre ética ao longo do texto, sendo que sete dissertações apresentam uma abordagem da ética *ecomunitarista* e uma dissertando sobre a ética com um enfoque da complexidade moraniana. Contudo, somente três dissertações apresentam em suas Conclusões algum comentário sobre ética/ética ambiental.³

COMENTÁRIO FINAL

Temos a convicção de que a questão ética/ética ambiental é uma demanda significativa no atual contexto cultural e histórico. Ninguém ignora o fato de que é chegado o momento de um investimento reflexivo sobre o conceito de ética e suas compreensões para o mundo da vida. Naturalmente, trata-se de um investimento reflexivo no sentido de

³ Para efeitos da tabulação dos dados não foram inseridas os enfoques teóricos sobre ética/ética ambiental, embora acreditemos importante descrever a sua ocorrência, por mera formalidade.

uma racionalidade capaz de operar transformações no modo de ser do mundo atual. Portanto, *reflexão-ação*, como o próprio conceito de ética nos recomenda.

A pesquisa acerca das “Concepções éticas nas pesquisas em Educação Ambiental” ainda está em desenvolvimento, embora os dados apontados pelos levantamentos e até agora obtidos (cuja colaboração fundamental deveu-se à aluna Tânia Garcia Camargo, mestranda do PPGEA, a fim de que esses dados pudessem ser obtidos e registrados a partir das leituras metódicas e cuidadosas das dissertações) mostram que as pesquisas em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, ainda se ressentem de uma maior reflexão sobre ética/ética ambiental.

É verdade que o discurso sobre a Ética possui uma característica plural de acordo com o seu autor/pensador, como procuramos demonstrar. Contudo, podemos verificar que muitos pensadores/filósofos preocupam-se com um discurso ético que aponte para uma reconversão do nosso olhar em relação à Natureza/planeta Terra e, certamente, com as concepções e relações que estabelecemos entre nós, humanos, com o nosso presente e o nosso futuro comuns, na intrínseca dependência com o meio ambiente natural, do qual somos oriundos e com o qual é fundamental desenvolvermos uma ética de civilidade e responsabilidade para com toda a expressão de vida.

REFERÊNCIAS

- CHAUI, Marilena de Souza. Público, Privado, Despotismo. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Ética*. São Paulo: Cia das Letras, 1992 [Coletânea].
- DORTIER, Jean-François. *Dicionário de ciências humanas*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- ESPINOSA, Baruch. *Tratado da correção do intelecto: Ética*. Trad. Marilena de Souza Chauí [et al.] São Paulo: Abril Cultural, 1983 [Col. Os Pensadores].
- FERRY, Luc. *Aprender a viver: filosofia para os novos tempos*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- FERRY, Luc. *A sabedoria dos mitos gregos: aprender a viver II*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- GRÜN, Mauro. *Em busca da dimensão ética da educação ambiental*. Campinas, SP: Papirus, 2007. (Papirus Educação).
- JAEGER, Werner. *Paideia: a formação do homem grego*. Trad. Artur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

- JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Trad. Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.
- JONER, Gilmar Luis. *O princípio da responsabilidade como fundamento filosófico da ética ambiental para a sustentabilidade: contribuições de Hans Jonas*. UNIVALI (PPGE) [Dissertação de Mestrado], 2010.
- MORIN, Edgar. *O método 6. Ética*. Trad. Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- TUGENDHAT, Ernst. *Lições sobre ética*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- VELASCO, Sirio Lopez. *Ética para o século XXI: rumo ao ecomunitarismo*. São Leopoldo, UNISINOS, 2003.